

**ILUSTRÍSSIMA SENHORA DOUTORA PROCURADORA GERAL DA
REPÚBLICA – RAQUEL DODGE**

GLEISI HELENA HOFFMAN, brasileira, casada, no exercício do mandato de Senadora da República (PT/PR), portadora do RG nº. 3996866-5 e inscrita no CPF/MF sob o nº. 676.770.619-15, com endereço funcional na Esplanada dos Ministérios, Praça dos Três Poderes, Senado Federal, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 04;

PAULO ROBERTO SEVERO PIMENTA, brasileiro, casado, jornalista, portador da cédula de identidade de 2024323822 – SSP/RS, CPF nº 428449240-34, com inscrição eleitoral nº 008832570493, zona 135, seção 372, atualmente no exercício do mandato de Deputado Federal pelo PT/RS e, ainda, Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara Federal, com endereço na Praça dos Três Poderes – Câmara dos Deputados, gabinete 552, anexo IV , Brasília, DF,

vêm, respeitosamente, à presença de suas Senhorias, apresentar **PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS**, nos termos do art. 5º, XXXIV, *a*, (direito de petição) art. 129, I e III (competência para promover ação penal pública, inquérito civil e ação civil pública em defesa dos interesses difusos e coletivos), da Constituição Federal, pelas razões de fatos e direito a seguir expostas:

1. Os requerentes são parlamentares em exercício na bancada do Partido dos Trabalhadores no Senado Federal e na Câmara dos Deputados no período de recesso do Congresso Nacional e estão se valendo desse instrumento, em caráter de urgência, por conta da gravidade de fatos noticiados pela imprensa no dia de ontem (17/03/2019)

2. Desde 6 de dezembro de 2018 o país observa a ausência de respostas em relação aos possíveis ilícitos civis e criminais que podem envolver a movimentação atípica detectada pelo COAF, do sr. Fabrício Queiróz. Segundo revelado pelas reportagem as movimentações de Queiroz foram objeto de comunicado ao Coaf pois eram incompatíveis com o patrimônio, a atividade econômica ou ocupação profissional e a capacidade financeira do ex-assessor parlamentar.

3. O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro determinou a instauração do PIC 2018.00452470, no âmbito do Grupo de Atribuição Originária em Matéria Criminal, voltado à apuração de notícia de fato materializada em Relatório de Informação Financeira do COAF, e que envolveria, em tese, a prática, por parlamentares estaduais, de supostos ilícitos relacionados ao exercício dos respectivos mandatos

4. Até então o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro não afirmou que o Sr. Flávio Bolsonaro, deputado estadual do Estado do Rio de Janeiro no gabinete de quem o Sr. Fabricio Queiroz se encontrava lotado e senador eleito pelo mesmo Estado era investigado no mesmo inquérito.

5. Ocorre que no dia 17 de janeiro de 2019 o Sr. Flávio Bolsonaro fez um pedido Cautelar junto ao Supremo Tribunal Federal nos autos da Reclamação nº 32.989/RJ, que restou deferida pelo ministro plantonista Luiz Fux, suspendendo as investigações em curso até que o relator do caso na Corte, ministro Marco Aurélio, se pronuncie.

6. A decisão causou estranhamento em todo o mundo jurídico e político, diante da obviedade de que Flávio Bolsonaro não é senador da República até sua posse, que somente ocorrerá no dia 1º de fevereiro de 2019, significando que qualquer debate

que porventura possa haver sobre foro privilegiado e interpretação jurisprudencial a ele não se aplica neste momento, como a propósito, afirmaram vários professores de Direitos Constitucional ouvidos na imprensa.¹

7. No dia 03 de maio de 2018 o Supremo Tribunal Federal alterou as regras para aplicação do foro por prerrogativa de função, chamado de foro privilegiado. Por 7 votos a 4, os ministros do Supremo determinaram que deputados federais e senadores só têm o direito previsto quando os crimes são cometidos no exercício do mandato e em função do cargo em que ocupam. Crimes comuns realizados antes de os parlamentares assumirem seus cargos ou sem nenhuma ligação com os mesmos serão julgados por tribunais de primeira instância.

8. Diante do que se consolidou na Corte, parece óbvio que o senador eleito Flávio Bolsonaro está tentando se valer de prerrogativas constitucionais, e da força do governo recém-eleito, para “blindar” seu ex-funcionário e a si mesmo de qualquer investigação. Manobra que, caso levada a efeito, prejudica todo o trabalho realizado pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e impossibilita que a verdade dos fatos apareça.

9. Neste sentido, o desrespeito à jurisprudência da Corte, que tem lastro em diversos debates, requer uma ação imediata dessa Procuradoria-Geral da República, com manifestação acerca do mérito da decisão do ministro plantonista, de forma célere, como tem feito em situações congeneres, e também para resguardar e dar efetividade à investigação em curso.

10. Ante o exposto, e considerando a gravidade dos fatos relatados e amplamente noticiados nos veículos de comunicação, que apontam para a total insegurança jurídica, requerem os peticionários:

¹ <https://www.revistaforum.com.br/decisao-de-fux-sobre-caso-queiroz-contraria-direito-constitucional-avalia-jurista/>

1. que haja uma manifestação imediata dessa Procuradoria Geral da República acerca dos fatos, para posicionar a situação processual em debate.
2. que dê suporte ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, inclusive com a instuição de uma força-tarefa para fortalecer a investigação, com atuação dos órgãos federais: receita federal, COAF.

Termos em que,

Pede Deferimento.

Brasília, 18 de janeiro de 2019.

GLEISI HELENA HOFFMAN

Senadora da República – PT/PR

PAULO PIMENTA

Deputado Federal PT/RS

Líder da bancada do PT na Câmara dos Deputados